

21. Atribuição de apoios financeiros – Freguesias.

Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- a) Freguesia de Palmeira, no valor de 1500,00€, para o 20.º Circuito de Palmeira/Prémio Peixoto Alves;
- b) Freguesia de Sequeira, no valor de 1.700,00€, para apoio na utilização do pavilhão com os programas municipais Diabetes em Movimento e Bragativa;
- c) Freguesia de Mire de Tibães, no valor de 3 100,00€, para apoiar a obra de “Colocação de um abrigo de passageiros, junto à entrada do Grupo Casais, na Rua do Carrascal” - I/46910;
- d) União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), no valor de 5 513,27€, para apoiar a obra de “Remodelação de passeios junto à escola EB 2,3 de Cabreiros”;
- e) União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede), no valor de 8 088,56€, para apoiar a obra de “Pavimentação (em parte) do Caminho da Fonte Cova e da Rua da Rola – Este (S. Mamede)”;
- f) Apoio financeiro a cada uma das seguintes freguesias, que tem por objeto apoiar o fornecimento de hipoclorito para as piscinas, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros): União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, União de freguesias de Real, Dume e Semelhe, União de freguesias de Merelim s. Pedro e Frossos, Freguesia de Lamas, União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves, União das freguesias de Arentim e Cunha, União das freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, Freguesia de Padim da Graça, União

das freguesias de Nogueiró e Tenões, freguesia de Sobreposta e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações.

- g)** Junta de Freguesia de Sequeira, no valor de 11 707,48€, para apoiar a obra de “Requalificação do tanque público dos Caleiros e envolvente – Rua de Pousada – (Reforço de verba)”.

Assunto: Apoio Financeiro - Junta de Freguesia de Palmeira

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição de Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Palmeira, no sentido de apoiar o 20.º Circuito de Palmeira/Prémio Peixoto Alves, que se vai realizar no dia 4 de junho, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).

À consideração superior

A Chefe de Divisão,

PROPOSTA: Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Sequeira

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição de Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Sequeira no sentido de mitigar as despesas energéticas do pavilhão, inerentes ao funcionamento dos Programas Municipais **Diabetes em Movimento e Bragativa** aí desenvolvidos, no valor de 1.700,00€ (mil e setecentos euros).

A Chefe de Divisão,

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: Junta de Freguesia de Mire de Tibães – Atribuição de Subsídio para «Colocação de um abrigo de passageiros, junto à entrada do Grupo Casais, na Rua do Carrascal»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **MIRE DE TIBÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Colocação de um abrigo de passageiros, junto à entrada do Grupo Casais, na Rua do Carrascal** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de MIRE DE TIBÃES no valor de 3 100,00€** (três mil e cem euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor até 3 100,00€ (três mil e cem euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **MIRE DE TIBÃES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **MIRE DE TIBÃES**.

Braga, 01 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REMODELAÇÃO DE PASSEIOS JUNTO À ESCOLA EB 2,3 DE CABREIROS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **Junta de Freguesia de CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Remodelação de passeios junto à escola EB 2,3 de Cabreiros** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor **5 513,27€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO) no valor de 5 513,27€ (cinco mil e quinhentos e treze euros e vinte e sete cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2023, um valor até 5 513,27€ (cinco mil e quinhentos e treze euros e vinte e sete cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**.

Braga, 29 de maio de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: APOIO PARA A PAVIMENTAÇÃO (EM PARTE) DO CAMINHO DA FONTE COVA E DA RUA DA ROLA – ESTE S. MAMEDE

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Pavimentação (em parte) do Caminho da Fonte Cova e da Rua da Rola – Este (S. Mamede)** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **8 088,56€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE) no valor de 8 088,56€ (oito mil e oitenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2023, um valor até 8 088,56€ (oito mil e oitenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)**.

Braga, 29 de maio de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Assunto: Proposta de Apoio Financeiro - Aquisição de Hipoclorito

PROPOSTA:

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o art.º 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o art.º 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o art.º 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Assim propõe-se, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no art.º 3º do Código do Procedimento Administrativo que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de um **Apoio Financeiro**, com o objeto de apoiar o **fornecimento de hipoclorito para as Piscinas** das seguintes Juntas de Freguesia: UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MERELIM S. PEDRO E FROSSOS, JUNTA DE FREGUESIA DE LAMAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES, UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS S. JULIÃO, JUNTA DE FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES, JUNTA DE FREGUESIA DE SOBREPOSTA e UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRA, **no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros)**.

De salientar, que na eventualidade de alguma das Piscinas das Juntas de Freguesia supracitadas não abrir na época balnear de 2023, esta perderá o direito ao respetivo apoio financeiro.

A Técnica

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: Junta de Freguesia de **SEQUEIRA** – Atribuição de Subsídio para «Requalificação do tanque público dos Caleiros e envolvente – Rua de Pousada – (Reforço de verba)»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **Junta de Freguesia de SEQUEIRA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação do tanque público dos Caleiros e envolvente – Rua de Pousada – (Reforço de verba)»,** devido à escassez de matéria Prima e ao aumento dos Combustíveis, apresentou a respetiva consulta do mercado, tendo sido verificado que a mais vantajosa é superior ao valor que lhe foi atribuído. Poderá ser analisado no Doc. nº E/33862/2023.

Considerando que a Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação apresentada, no valor de 11 707,48€, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando que foi atribuído e Aprovado pelos Órgãos Autárquicos do valor de 26 466,17€.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de SEQUEIRA no valor de 11 707,48€** (onze mil e setecentos e sete euros e quarenta e oito centimos), para **reforço de verba, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor até 11 707,48€** (onze mil e setecentos e sete euros e quarenta e oito centimos)

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, **a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de SEQUEIRA.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de SEQUEIRA.

Braga, 01 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)